

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DE PRÁTICAS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NA APA DELTA DO PARNAÍBA

ROSANY CORREA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI

rosanycorrea@hotmail.com

HENRIQUE CESAR MELO RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

hcmribeiro@hotmail.com

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DE PRÁTICAS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NA APA DELTA DO PARNAÍBA

RESUMO

A preocupação com o meio ambiente e a conscientização das questões ambientais estão cada vez mais presentes na sociedade, com as empresas investindo em programas que reduzem os impactos de sua atividade sobre a natureza. A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induz a um novo posicionamento por parte das organizações e das pessoas em face de tais questões (TACHIZAWA, 2004). A Área de Preservação Ambiental - APA, de acordo com a legislação em vigor, estabelece, em áreas de domínio particular, o manejo disciplinado pelos princípios conservacionistas. O objeto de estudo deste trabalho abrange os meios de hospedagem situados na APA Delta do Parnaíba. A estratégia da pesquisa foi o estudo de caso, a análise de conteúdo subsidiou a análise, e as categorias foram assim definidas: conscientização ambiental, procedimentos ambientais e gestão ambiental. Na atualidade por mais estranho que pareça, as questões ambientais ainda não são consideradas prioritárias pelas empresas de meio de hospedagem estudadas, apesar de estarem instaladas em área de preservação ambiental. O estudo apresenta que os maiores problemas ambientais dos meios de hospedagem, estão relacionados ao descarte dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Sustentabilidade; Meios de hospedagem; APA; Delta do Parnaíba.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY: A CASE STUDY OF PRACTICES OF LODGING IN APA DELTA THE PARNAÍBA

ABSTRACT

Concern about the environment and awareness of environmental issues are increasingly present in society, with companies investing in programs that reduce the impacts of their activity on nature. The expansion of the collective consciousness regarding the environment and the complexity of the current environmental demands that the society passes on to the organizations induces a new positioning by the organizations and the people in the face of such questions (TACHIZAWA, 2004). The Environmental Preservation Area - APA, according to the legislation in force, establishes, in areas of private domain, the disciplined management by the conservative principles. The study object of this work covers the means of lodging located in the APA Delta of the Parnaíba. The research strategy was the case study, content analysis subsidized the analysis, and the categories were thus defined: environmental awareness, environmental procedures and environmental management. At present, strange as it may seem, environmental issues are still not considered a priority by the hosting companies studied, even though they are located in an area of environmental preservation. The study shows that the greatest environmental problems of the lodging media are related to the disposal of solid waste.

Keywords: *Environmental management; Sustainability; Means of lodging; APA; Delta of the Parnaíba.*

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente e a conscientização das questões ambientais estão cada vez mais presentes na sociedade, com as empresas investindo em programas que reduzem os impactos de sua atividade sobre a natureza. As pessoas tendo maior conhecimento sobre a importância de práticas sustentáveis, e o governo para atender sua agenda de compromissos a acordos internacionais usa mecanismos de punição ou estímulo a implantação de práticas, que mitiguem impactos ambientais, evidenciando que ações sustentáveis são desenvolvidas por pessoas, por empresas e por governos. Para a utilização dos recursos disponíveis na natureza em dada região, por uma empresa, impõem destas um planejamento prévio, pois esta exigência não é apenas da legislação vigente, mas da sociedade em geral (SILVA FILHO, 2008).

A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induz a um novo posicionamento por parte das organizações e das pessoas em face de tais questões (TACHIZAWA, 2004). Existe um agravamento dos problemas ambientais a partir da revolução ambiental, deixando de serem problemas locais tomando proporções regionais ou mundiais. Os impactos ocasionados pela prática do turismo em um destino estão diretamente associados à forma como a atividade se apropria do espaço e de como as relações sociais e econômicas se estabelecem (CARVALHO; GUZMAN, 2011).

Tais impactos ameaçam o equilíbrio ecológico do planeta, inclusive a própria vida humana (CORRÊA, 2009). É preciso chamar a atenção das pessoas para uma reflexão sobre algumas questões de ordem ambiental, como: degradação ambiental, problemas climáticos, aquecimento global, desmatamento, falta de alimento, poluição, perda gradativa da biodiversidade, dentre outros. A empresa para se tornar competitiva no mercado, busca se ajustar às novas exigências de mercado, através da autorregulação, que representa iniciativas tomadas das empresas, empreendendo e disseminando práticas ambientais que promovam uma maior responsabilidade quanto às questões ambientais, mediante a adoção de padrões, monitoramento, metas de redução (SANCHES, 2000). As empresas em todos os ramos, tem sentido a pressão interna e externa, pois um novo mercado se apresenta exigindo que as empresas tenham entre seus objetivos a responsabilidade social e ambiental.

O que não foi diferente no setor dos meios de hospedagem. Assim como outras atividades produtivas e prestadoras de serviço, ocuparão espaço, terão instalações físicas e operacionais que gerarão resíduos, causando impacto ambiental, degradando de alguma forma este ambiente. Conforme as preocupações durante a concepção do projeto, na construção e operação, estes impactos podem ter diversos graus de agressão, podendo ser: permanentes, frequentes, esporádicos e raros e dependendo do caso pode ser que a remediação ou a recuperação deste ambiente se torne impossível (SILVA FILHO, 2008). Sendo a natureza a base necessária e indispensável da economia, bem como das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente (BINSWANGER, 2002).

Tendo o setor hoteleiro no Brasil, passado por grandes mudanças conceituais, nos últimos anos, inclusive com a inclusão na matriz de classificação, do item Gestão Ambiental (GA). Identificar se a gestão ambiental desenvolvida pelos meios de hospedagem, estabelecidos em uma área de preservação ambiental, levará por certo a uma compreensão da realidade local. Portando a questão de pesquisa se define em: como é desenvolvida a gestão ambiental nas empresas dos meios de hospedagem estabelecidos na APA Delta do Parnaíba? O objetivo é verificar que tipo de práticas de gestão ambiental esta sendo desenvolvido nas empresas dos meios de hospedagem estabelecido na APA Delta do Parnaíba.

Este estudo está dividido em cinco seções. A primeira é a Introdução, versando a justificativa, questão e objetivo do estudo. Em seguida, vislumbra-se a Fundamentação teórica. A terceira seção são os Procedimentos metodológicos. Logo após, evidencia-se a Análise e discussão dos resultados. E, por fim, vêm as Considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica contempla os itens Gestão Ambiental, O Desenvolvimento dos Meios de Hospedagem e o Meio Ambiente, e sobre Área de Preservação Ambiental.

2.1 Gestão ambiental

A degradação do ambiente natural teve maior impacto com as intervenções antrópicas na natureza, as empresas pressionadas pelas necessidades e consumismo exacerbado, que iam surgindo, e para produzir maior quantidade de alimentos, emergiram numa exploração cada vez mais intensa do mundo natural. Durante os últimos 200 anos o problema ambiental, na Terra, vem se agravando, com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem na natureza (DIAS, 2007). As empresas estão inseridas no meio ambiente, sofrendo a pressão do mercado, da sociedade e do governo, para minimizar os impactos ambientais gerados por seu processo produtivo (JABBOUR; SANTOS, 2006).

As preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes forças reciprocamente: governo, sociedade e mercado. Se não houvesse pressão continuada da sociedade, conjugada a ações do Estado, não haveria certamente tanto envolvimento, da parte das empresas, com as questões ambientais (BARBIERI, 2007). A gestão ambiental é um dos mais importantes, instrumento para o desenvolvimento sustentável, estando, porém, vinculada a normas emanadas do poder público, e agências reguladoras (DIAS, 2007; CHAVES et. al, 2013).

O Estado, utilizando-se de instrumentos de comando e controle – estabelecendo regulamentações para o uso de recursos naturais e o uso de medidas econômicas, visando a penalizar as empresas infratoras de forma direta ou indireta, exerce um papel regulador. São diversos os fatores externos que exigem uma ação proativa das empresas: o Estado, o mercado e a sociedade. Diante dos protestos crescentes da população, frente aos riscos de desastres ecológicos ou da deterioração da qualidade de vida, os governos locais e nacionais são investigados implantar normas cada vez mais severas de proteção e conservação (DONAIRE, 2008).

Em face deste novo ambiente empresarial, em que o mercado tradicional dá lugar à mudança, para permanecer no mercado, as ações das empresas tendem a se voltar para a sustentabilidade (GAVIOLI; FRANCISCO; SEHNEM, 2016). Um ambiente extremamente competitivo requer grande adaptabilidade e um sistema de gestão integrado, para atender, além das demandas de mercado, à legislação vigente. A gestão ambiental empresarial, precisa levar em consideração que o ambiente natural pode sucumbir diante de tantas agressões, (BARBIERI, 2007), e que, por esse motivo, faz-se necessário implantar mecanismos que, ao mesmo tempo em que reduzem os efeitos devastadores desencadeados pelas empresas na natureza, e criem uma cultura ambiental (CORRÊA, 2009).

Tachizawa (2004) afirma que a preocupação com as questões ambientais faz com que as organizações dos novos tempos escolham fornecedores que atendam a seus requisitos éticos, e que atestem que os insumos produtivos contratados atendem aos seus requisitos ambientais solicitados predefinidos em sua política corporativa.

A expressão gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental (BARBIERI, 2007). O tamanho da empresa e o tipo de atividade que esta desenvolvendo é fator determinante na postura ambiental adotada. Ainda de acordo com Barbieri (2007), qualquer proposta de gestão ambiental inclui, no mínimo, três dimensões, a saber: a dimensão espacial, que concerne à área na qual se espera que as ações de gestão tenham eficácia; a dimensão temática, que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam; a dimensão institucional, relativa aos agentes que tomaram as iniciativas de gestão.

O conceito de gestão ambiental evoluiu bastante, graças ao envolvimento das pessoas na causa ambiental e aos estudos realizados evidenciando essas boas práticas. A solução e ou minimização dos problemas ambientais exige vontade, por parte de empresários e administradores. Devem eles adotar a postura de considerar como fator prioritário o meio ambiente. As empresas sofrem a ação de variáveis internas (colaboradores conscientes) e de variáveis externas, da parte da sociedade, dos investidores, governo e mercado, numa exigência coletiva e legal por procedimentos ambientalmente corretos e com a devida transparência. A empresa sustentável passa a ser sinônimo de bons negócios e, no futuro, será esta a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa (TACHIZAWA; POZO, 2005).

Novos conceitos sobre meio ambiente levaram as empresas a implantar o gerenciamento ambiental integrado, com selos ambientais, auditorias, e relatórios que vieram a fazer parte da rotina das grandes empresas, os governos reestruturaram as gestões de áreas protegidas, permitindo que a sociedade civil se fortalecesse através do ativismo organizado.

A gestão ambiental, hoje, é uma atividade imprescindível, uma vez que as empresas estão preocupadas em implantar ações de sustentabilidade em relação ao meio ambiente. Através de sistemas de gestão ambiental, de rotulagem ambiental e da educação socioambiental dirigida para os colaboradores, houve a busca e a manutenção de certificações ambientais, com a análise do ciclo de vida dos produtos e da questão dos passivos ambientais. Para ser sustentável, uma empresa e ou empreendimento tem que procurar alcançar, em todas as suas ações e decisões e em todos os seus processos e produtos, incessante e permanentemente, a ecoeficiência. (ALMEIDA, 2002). A gestão ambiental pressupõe que se produz mais e melhor com menos, buscando uma melhor qualidade, poluindo menos e reduzindo o uso abusivo dos recursos naturais (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Dependendo de como as empresas atuam em relação aos problemas ambientais, o resultado de sua atividade produtiva ocasiona maior ou menor impacto ao meio natural. Elas deveriam adotar mecanismos preventivos, proativos e conscientizadores do papel que representa a atividade de cada colaborador, na tentativa de obter resultados mais eficientes, e uma vez interiorizados, o quanto são importantes às ações de cada um na gestão ambiental. A introdução da variável ambiental no âmbito dos negócios ocorre de forma heterogênea, variando entre os tipos de empresas e na empresa entre suas unidades produtivas.

Donaire (2008) confirma que a natureza do negócio é fator determinante sobre o impacto que ele terá no meio ambiente. Gestão ambiental é ainda a forma pela qual a empresa e ou o Estado se mobilizam, interna ou externamente, para a conquista de uma qualidade ambiental desejada (COELHO, 1996). A gestão ambiental pública é responsável pela criação de leis que preservem o ambiente, usando, para isso, mecanismos coercitivos e ou punitivos. São essas as legislações e regulamentações a que as empresas devem atender.

A gestão ambiental empresarial, na realidade, trata da concretização, da materialização da função ambiental da propriedade, assim como da efetivação do desenvolvimento sustentável e da sadia qualidade de vida (D'ISEP, 2004). O ato de somente atender ao presente e gerar respostas pontuais e estanques passou a insuficiente; olhar o futuro sob uma

perspectiva em amplitude analisando e planejando corporativamente, passou a ser o caminho natural adotado pelas gerências das empresas.

2.2 O desenvolvimento dos meios de hospedagem e o meio ambiente

Desde as últimas décadas, estudos vêm sendo desenvolvidos, com relação aos mecanismos avaliativos da gestão ambiental nas empresas, os quais se identificam em diversos estágios evolutivos e níveis de maturidade. A preocupação com o meio ambiente e a sua preservação, estende-se ao setor turístico e em especial aos meios de hospedagem, que implantam ações de gestão ambiental, atendendo a princípios da sustentabilidade (CORRÊA, et. al. 2014).

Entender a gestão ambiental na empresa hoteleira é uma maneira estruturada para que empresários e pesquisadores reflitam sobre a situação organizacional atual e planejem atividades futuras em matéria ambiental (JABBOUR; SANTOS, 2006).

“Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária” (Lei 11.771/2008 – Art.23, p.8).

Os impactos ambientais se diferenciam em conformidade com o tipo da empresa, se de serviços e ou industrial, possuindo características próprias, Estas características são identificadas através das diferentes formas em que as empresas se organizam e se adaptam ao meio ambiente, para assegurar sua continuidade e sobrevivência, podendo ser influenciada por muitos fatores, tais como: finalidade da empresa, tipo de matéria prima, a tecnologia usada, o grau de competição e o tipo de serviço.

As empresas são as principais responsáveis pelo esgotamento e pelas alterações ocorridas nos recursos naturais, porque e deles que retiram os insumos que serão utilizados para a obtenção de bens e que serão utilizados pelas pessoas (DIAS, 2007), sendo os meios de hospedagem geradores de resíduos dos mais diversos tipos, por isso é necessário que seja implantado o conceito de gestão ambiental já na fase de concepção do produto, o tipo de equipamento hoteleiro (SILVA FILHO, 2008). A classificação dos meios de hospedagem na matriz de classificação torna a análise dos impactos dessas empresas pelo tamanho beneficiando a gestão ambiental. Os meios de hospedagem de acordo com a Matriz de Classificação da Embratur (2011), se classificam em:

1.Hotel: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária; 2.Resort: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento; 3. Hotel Fazenda: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo; 4.Cama e Café: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida; 5.Hotel Histórico: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida; 6. Pousada: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs; e 7. Flat/Apart-Hotel: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em

edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

As empresas do ramo hoteleiro se constituem nos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo sustentável. A Organização Mundial do Turismo (*World Tourism Organization* – WTO) traz a classificação de turismo sustentável como o turismo que tenha plenamente, em conta o controle sobre a sua economia atual e futuros impactos sociais e ambientais, atendendo as necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades locais (OMT, 2003).

Esta responsabilidade pode ser entendida, por meio das ações por elas adotadas, provindas da criação de uma cultura ambiental. Não existe atuação responsável se internamente não houver um compromisso com o crescimento da capacitação das pessoas, bem como o respeito às comunidades onde se instala o equipamento.

O comportamento relacionado com o meio ambiente que as empresas exibem, tem uma expressão tangível nas instalações e nos processos que adota cada empresa, os quais regidos pelas políticas e normas da organização (BARBIERI, 2007). No entanto existe uma série de elementos intangíveis que podem ser encontrados no comportamento do capital humano, e que, para caracterizarem uma cultura organizacional voltada para o meio ambiente, devem coexistir e interagir com os elementos tangíveis. A efetividade de uma política ambiental na empresa só é possível com a coexistência desses dois elementos da cultura.

A combinação desses elementos permite maior eficácia tanto das máquinas, dos equipamentos e dos processos, como o fator humano (DIAS, 2007). As empresas que desenvolvem programas de gestão ambiental trabalhando de forma integrada, evitando as ações pontuais e ou isoladas, mantém-se em evolução constante. Independente do segmento, se industrial ou de serviços, o cenário é o mesmo: ambas estão buscando inserir a dimensão ambiental em suas atividades (JABBOUR; SANTOS, 2006).

As atividades turísticas por si só, são consumidoras de espaço e causadoras de impactos, devido às instalações de infraestrutura (construção de equipamentos hoteleiros, parques e áreas de estacionamento) que podem afetar diretamente o território e os ecossistemas (LEAL, 2012). Os impactos decorrentes da instalação de equipamentos hoteleiros acabam sendo positivos e negativos, e Ferreira (2005) cita como impactos ambientais positivos do turismo, a criação de planos e programas de preservação de áreas naturais; investimentos em medidas de proteção da natureza; convívio direto com a natureza. Como impactos negativos, lista a poluição sonora; poluição visual; erosão do solo; congestionamento; consumo de água; poluição da água e do ar; destruição da paisagem natural e da área agro pastoril; destruição da fauna e da flora; degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos.

2.3 Área de Preservação Ambiental

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e, sob a inspiração do Relatório de Brundtland, no ano de 2000, foi promulgada a Lei 9985, criando o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental) que regulamentou a gestão dos diferentes tipos de unidades de conservação ambiental do Brasil, na intenção de melhor protegê-las. A Área de Preservação Ambiental - APA, de acordo com a legislação em vigor, estabelece, em áreas de domínio particular, o manejo disciplinado pelos princípios conservacionistas (VINAGRE; LIMA; LIMA JUNIOR, 2015).

Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como

objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (IBAMA, 2001). Nessas áreas a população pode viver, e usar de modo de modo controlado seus recursos naturais.

A Lei n. 9.985/2000 regulamentou o Artigo 225, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e no capítulo III – Das categorias de Unidades de conservação, estão assim enumeradas: Art. 7: As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I – Unidades de Proteção Integral; II – Unidades de Uso Sustentável. Constituem unidades de uso sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I – Área de Proteção Ambiental; II – Área de Relevante Interesse Ecológico; III – Floresta Nacional; IV – Reserva Extrativista; V – Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural. (LEI, 9.985, 2000).

A Lei 9985/ 2000 define a APA, como: 1º - A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas e ou privadas. 2º - Respeitando os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública, nas áreas sob domínio público, serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. 4º - Nas áreas de propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pública observada as exigências e restrições legais. 5º - A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (Lei 9.985/2000).

As áreas protegidas podem ser geridas, por órgão federal (IBAMA), por órgão estadual (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e por órgão municipal que quase sempre são as Secretarias Municipais. A criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com missão institucional de executar as políticas de Meio Ambiente, tem como um de seus principais objetivos criar, implantar e realizar a gestão de áreas protegidas, identificadas como amostras representativas dos ecossistemas brasileiros.

Uma inovação no campo da conservação da natureza no país, a APA surgiu para favorecer a conservação dos ecossistemas em grandes regiões. Assim, essa categoria, ao mesmo tempo, respeita a propriedade privada, não impõe a desocupação humana e ainda promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas ali inseridas, por meio da regulamentação do uso e ocupação da terra e da promoção do uso sustentável dos recursos naturais (GUARYASSU, 2003).

A APA Delta do Parnaíba foi criada pelo Decreto Federal s/n de 28 de agosto de 1996, (DECRETO, s/n, 1996), por solicitação de ambientalistas, visando a proteger o ecossistema costeiro formado por mangues e dunas, envolvendo áreas dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, num total de 307.590,51 hectares, perfazendo um perímetro de 460.812 m de extensão, incluindo a área marítima (ICMBIo, 2007)

Para o IBAMA (1998), os objetivos apontados para a criação do APA Deltaico estão assim discriminados: a) Proteger os deltas dos rios Parnaíba, ao Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; b) Proteger remanescente de mata aluvial; c) Proteger os recursos hídricos; d) Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplinamento das atividades econômicas locais; e) Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; f) Preservar a cultura e as tradições locais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A APA Delta do Parnaíba localiza-se entre os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, tendo a cidade de Parnaíba como a principal porta de entrada deste único delta em mar aberto das Américas. Suas cinco desembocaduras e noventa ilhas, entrecortadas por igarapés, constituem um verdadeiro santuário ecológico. O Delta do Parnaíba foi descoberto há mais de 420 anos, pelo navegante Nicolau de Rezende. A navegação pluvial e marítima contribuiu para o êxito comercial que formou o patrimônio econômico da região, sendo Parnaíba o centro mais importante.

A parte metodológica deste estudo se compõe de 2 fases, sendo uma bibliográfica, realizada sobre os seguintes assuntos: gestão ambiental, o desenvolvimento dos meios de hospedagem e o meio ambiente, e áreas de preservação ambiental, a segunda, compreende a pesquisa de campo, através de entrevista estruturada aplicadas aos gestores dos meios de hospedagem e a observação. Portanto, o objeto de estudo deste trabalho abrange os meios de hospedagem situados na Área de Preservação Ambiental Delta do Parnaíba. A estratégia da pesquisa foi o estudo de caso. Segundo Yin (2005), estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, tendo caráter exploratório, pois não existe grande número de estudos feitos em meios de hospedagens em área de preservação ambiental, e especificamente na APA Delta do Parnaíba. A pesquisa de campo iniciou-se através vistas *in loco*, nas empresas que aceitaram ser respondentes. Durante a aplicação das entrevistas, foi realizada observação estruturada, com a intenção de estabelecer um cruzamento com as respostas levantados no instrumento de coleta. (MARTINS, 2007). A observação envolve o registro sistemático de padrões de comportamento das pessoas, objetos e eventos, a fim de obter informações sobre o fenômeno de interesse (MALHOTRA, 2002).

Os meios de hospedagem identificados nas cidades localizados na APA Delta do Parnaíba: no Estado do Piauí: Parnaíba (63); Luiz Correia (31); Cajueiro da Praia (22) Ilha de Santa Izabel (06); no Estado do Ceará: Chaval (05); Barroquinha (07); e no Estado do Maranhão: Paulino Neves (08); Tutóia (11); Araiões (09) e Água Doce do Maranhão (06), em um total de 168 meios de hospedagem. Participaram como respondentes da pesquisa 48 meios de hospedagem, sendo 34 localizados no Estado do Piauí, 08 localizados no Estado do Maranhão e 06 no Estado do Ceará, e corresponde a 29%, do número de meios de hospedagem localizados na APA Delta do Parnaíba.

A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007), referendou a definição das categorias e subcategorias, tendo sido retiradas do referencial teórico, tendo sido usada para construção da entrevista estruturada (MARTINS, 2007). As dez primeiras questões da entrevista semiestruturada, identificaram o respondente quanto ao aspecto individual, como também sua opinião acerca de problemas ambientais. As categorias foram assim definidas: conscientização ambiental, procedimentos ambientais e gestão ambiental.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Os instrumentos de coleta, a entrevista semiestruturada e a observação, subsidiaram as análises e discussões com autores. A análise dos dados coletados a partir das categorias e suas subcategorias, conscientização ambiental (práticas ambientais; educação ambiental; mão-de-obra local; políticas ambientais; conhecimento a respeito da APA), procedimentos ambientais (preservação ambiental; uso de informativos; lixo separado; consumo de produtos ecologicamente corretos; contenção de consumo de água e energia; reciclagem; punição ambiental) e gestão ambiental (possui sistema de gestão ambiental; elabora relatórios de sustentabilidade; possui Estudos de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto ao Meio

Ambiente ou similares; participação em eventos ambientais; participação no conselho gestor da APA)

Participaram como respondentes da pesquisa 48 meios de hospedagem, sendo 34 (PI), 08 (MA) e 06 (CE). Quanto ao tamanho do meio hoteleiro, 34 possuem menos de 50 leitos (caracterizadas por pousadas e pensões), 11 possuem entre 51 a 100 leitos (hotéis e apart-hotel) e 3 (resort) são de grande porte acima de 100 leitos.

Trinta e quatro (34) deles localizados no Estado do Piauí, quanto aos frequentadores dos meios de hospedagem a maioria são turistas nacionais, e quanto aos turistas internacionais, se dividem principalmente entre os resorts e pousadas.

A conscientização ambiental sinaliza que 42 respondentes acham importante, 37 delas já desenvolvem educação ambiental nos meios de hospedagem como forma de gerar conscientização ambiental, para colaboradores, na forma de palestras, informativos tanto para hóspedes como para colaboradores. Além de eventos oferecidos por órgãos públicos ou Serviço Brasileiro da Pequena e Média Empresa nas quais são liberados colaboradores para participar. Oliveira e Silva (2016) que realizaram um estudo em 2016, na APA Delta do Parnaíba, afirmam que através da inserção de práticas educativas, valorizando o espaço, na perspectiva da comunidade local, dando evidência aos seus saberes e a sua tradição, enfatizando a importância das práticas de conservação através da educação ambiental, deveria ser efetivamente como instrumento de gestão.

Já aparece um descompasso entre a conscientização e a prática de gestão ambiental, uma vez que as empresas se dizem conscientes da importância da gestão ambiental, mas somente 12 delas têm práticas ambientais implantada nas empresas meios de hospedagem (gotejamento, sensor de energia, informativos para hóspedes e colaboradores; coleta de lixo seletiva; adubo orgânico, reaproveitamento de água, etc.). Vieira (2016), destacou em seu estudo na Barra Grande (PI), que a separação dos resíduos feita no ambiente interno das pousadas tem contribuído para inserção da mão de obra local (carroceiros e catadores de lata), que trabalham vendendo ou transportando o lixo, porém, o destino é o lixão, o que acarreta outro problema ambiental, ao meio natural.

Todas as empresas objeto de estudo afirmam que usam parte da mão de obra de pessoas da comunidade, e acreditam que contribuem com a renda da comunidade. O que se confirma com pesquisa realizada em 2006 na região da APA do Delta do Parnaíba, a maioria dos habitantes da região (85%) tem vínculo de nascimento na região, sendo uma representação pequena de até 3%, dos moradores com menos de 10 anos na região.

Em um estudo realizado em 2006, 47% dos respondentes afirmaram que o turismo tem contribuído para o aumento da renda, sendo que somente 15% diziam que esta atividade provoca poluição no meio ambiente (CORRÊA; OLIVEIRA, 2006). O que foi confirmado nesse estudo, todos os respondentes afirmam que a chegada do meio de hospedagem, trouxe melhorias, através de empregos para as pessoas da região e muita interação entre turistas e comunidade local. Rocha (2017) confirmou em seu estudo sobre turismo no município de Parnaíba, quando afirma que os moradores locais convivem pacificamente com a prática do turismo e se organizam de maneiras diferenciadas para receber a demanda, e é uma cidade que possui no turismo um recurso de estimada aplicabilidade, sendo o aspecto econômico um dos principais fatores percebidos junto ao seu exercício

Entre as respostas sobre a APA, existe consenso entre 33 dos respondentes quando dizem que desconhecem a Portaria de criação, mas 2 empresas fazem parte do conselho de gestão da APA. A falta de conhecimento da localização dos seus empreendimentos em Área de Preservação foi a resposta de 18 empresas, uma pequena participação em eventos realizados pela gestão da APA, somente 3 meios de hospedagem e a pouca representatividade desses atores, imprescindíveis na gestão desses espaços, com certeza demonstram a pouca socialização dos representantes do governo federal, no caso o Instituto Chico Mendes, com

referencia às políticas ambientais necessárias ao seu estabelecimento nestes espaços privados de gestão pública.

Em 2014, foi criado um consorcio, que dentre as suas finalidades esta, trabalhar de forma integrada os resíduos sólidos, entre 11 municípios do Estado do Piauí. Participando dentre eles quatro municípios localizados na APA Delta do Parnaíba. Através deste empreendimento, as cidades associadas terão um desenvolvimento garantido, inclusive a gestão de resíduos, devido busca de solução de problemas comuns, através de políticas e ações conjuntas e tem o objetivo é aumentar a eficiência e reduzir significativamente desperdícios de recursos (COREDEPI, 2016).

Em relação à participação da população em alguma reunião ou audiência pública para discutir as intervenções turísticas (instalações de equipamentos hoteleiros), no município de Parnaíba (PI), Rocha (2017), em seu estudo constatou que 60% dos entrevistados tiveram essa participação.

Quanto ao item o gestor exerce influencia sobre as boas práticas dos colaboradores, e tem boa integração com a comunidade, 45 respondentes dizem que sim, mas 16 deles afirmam que na região teve alguns conflitos relacionados a falta de documentos formal de posse e pressão das empresas para comprar os terrenos da comunidade. No que se refere aos conflitos com a comunidade local observa-se que estes ocorrem a partir da presença de expressiva especulação imobiliária com a ocupação de áreas inapropriadas, implementação de projetos de grande porte como *resorts* e usina eólica, que podem levar a processos conflituosos, nem sempre são resolvidos com o atendimento à comunidade local (VIEIRA, 2016).

O estudo de Abreu e Moura (2016), afirmam que os conflitos das empresas com a comunidade local na APA Delta do Parnaíba, ocorrem a partir da presença de expressiva especulação imobiliária com a ocupação de áreas inapropriadas, implementação de projetos de grande porte como *resorts* e usina eólica, que pode levar a processos conflituosos, nem sempre são resolvidos com o atendimento à comunidade local. Desta maneira, torna-se imprescindível a construção de um planejamento integrado e participativo, capaz de maximizar os efeitos positivos de seus impactos, bem como minimizar suas consequências negativas, oriundas das relações de consumo perpetradas por empreendedores, turistas e pela própria comunidade (CHEN, 2015).

Dentre os respondentes, 40 empresas hoteleiras ao se instalarem não tiveram preocupação ambiental, 3 empresas disseram que foram penalizadas, com multa, uma teve um prazo para se adequar, e 2 empresas receberam prêmio por boas praticas ambientais. Nenhuma das empresas de meio de hospedagem, objeto de estudo confirmou a existência sistema de gestão ambiental, e nem elaboração de relatório de sustentabilidade. O que pode evidenciar ações mais de reação, o que se confirma na literatura, quando Baumol e Oates ainda em 1979, afirmaram que o comportamento das empresas em relação ao contexto ambiental pode ser caracterizado como reativo, afirmando que a responsabilidade ambiental e a lucratividade abrem um leque de constantes contradições, uma vez que estas empresas valorizam a maximização de lucros em curto prazo de tempo.

Pode-se dizer que a preocupação ambiental depende da visão que cada proprietário, dos meios de hospedagem tem a respeito de seu empreendimento, não tendo sido observado no estudo de Barra Grande, o envolvimento em ações coletivas como a implantação de coleta seletiva ou outro programa com o objetivo de reduzir resíduos produzidos (VIEIRA, 2017).

Essa realidade nos meios de hospedagem, a nível mundial esta mudando, pois algumas empresas do ramo hoteleiro estão com uma posição diferenciada no cenário mundial nos últimos anos, porque tem implantada a gestão ambiental na gestão da empresa. Para Cunha et. al. (2009), essa incorporação está ocorrendo devido às exigências de mercado, da legislação vigente e da sociedade, que exigem comportamentos diferenciados das mesmas., implantando mudanças organizacionais tanto na concepção de planejamento para atuação

junto aos mercados, como na aproximação com as perspectivas dos diferentes *stakeholders*. Moura (2011) sugere que a obtenção de uma certificação ambiental, torna possível reduzir e controlar os impactos da empresa sobre o meio ambiente além de auxiliar no cumprimento da legislação ambiental vigente.

Nesse contexto, Swarbrooke (2002) destaca a existência de uma definição de turismo sustentável que enfatiza os elementos ambientais, sociais e econômicos do turismo viável e que não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente natural e o lado social da comunidade local. O turismo sustentável, deveria ser o modelo a ser implantado, viável em uma região de ecossistema frágil e definido como unidade de conservação a APA Delta do Parnaíba.

A APA Delta do Parnaíba já possui plano de manejo, e conselho consultivo, esses instrumentos de planejamento e gestão, onde ficam definidas as medidas de intervenção e diretrizes na área, sendo que a falta de aplicabilidade ou implantação, gera uma série de problemas, inclusive a geração de impactos no ecossistema onde está instalado a APA. A falta de políticas de gestão acaba promovendo o uso desregrado dessas áreas, proporcionando a falta de conciliação entre a necessidade de proteger o ecossistema e o avanço da ocupação humana (CORRÊA, 2009). Os planos de manejo, além de direcionar a manutenção e preservação existentes na área, devem garantir também a proteção dos recursos naturais que são usados pelas o pulações tradicionais, além de viabilizar a inclusão social e a educação ambiental nesses espaços (OLIVEIRA; SILVA, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade por mais estranho que pareça, as questões ambientais ainda não são consideradas prioritárias pelas empresas de meio de hospedagem estudadas, apesar de estarem instaladas em área de preservação ambiental. O estudo apresenta que os maiores problemas ambientais, são os resíduos, uma vez não existir implementado pelo poder público coleta seletiva, na região da APA. No ano de 2014 foi criado o Consórcio Regional de Desenvolvimento da Planície Litorânea Participam do Consórcio os seguintes municípios: Murici dos Portelas, Caraúbas, Caxingó, Cocal dos Alves, Cocal, Buriti dos Lopes, Bom Princípio, Cajueiro da Praia, Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba (COREDEPI, 2016).

Ao todo, os municípios que estão inclusos no Consórcio contemplam 282 mil habitantes, que ainda não entrou em atividade efetiva, e que poderá vir a minimizar ou ate eliminar o problema do lixo. E o descarte desse lixo em lixões como é feito hoje leva a poluição aos bens naturais, leva à poluição, à redução de ecossistemas, má qualidade de água, contaminação e outros danos, que, na maioria das vezes, são resultados dos processos usados pelas empresas.

O resultado do estudo, responde a questão da pesquisa, definida em: como é desenvolvida a gestão ambiental nos meio de hospedagem estabelecidos na APA Delta do Parnaíba? Tendo efetivamente encontrado baixas práticas ambientais nas empresas analisadas, implementadas informalmente, e nenhuma com sistemas de gestão implementado.

Observou-se que o maior desafio reside na gestão das áreas protegidas, exigindo dos atores sociais um compromisso, que de legitimidade no modelo de gestão e com a implantação do plano de manejo. Foi possível identificar o descompasso na gestão dos meios hoteleiros em curso, na APA quando problemas, como a especulação imobiliária e a destruição das culturas locais, resultam em um impacto destrutivo sobre o social e o ambiental. Essas informações enfatizam, de forma bastante clara, que os meios de hospedagem estudados e estabelecidos na Área de Preservação Ambiental Delta do Parnaíba, apesar de terem consciência da importância da preservação ambiental e praticarem algumas ações pontuais, como desenvolver informativos de orientação ambiental, efetivamente não

realizam ações de gestão ambiental de forma sistêmica, o que esta em desalinho em relação à necessidade de promover o desenvolvimento sustentável.

O objetivo de verificar que tipo de práticas de gestão ambiental esta sendo desenvolvido nos meios de hospedagem estabelecidos na APA Delta do Parnaíba, foi alcançado mediante análise de dados, e a observação estruturada, tendo sido verificado incipiente gestão ambiental nas empresas do ramo hoteleiro estudadas apesar da alta conscientização ambiental por parte dos respondentes. Quanto ao baixo conhecimento, por parte das empresas, da Legislação da APA, além da baixa participação no conselho, resulta em ações pouco integradas, que só virão a ser norteadas para o desenvolvimento sustentável, quando o plano de manejo totalmente integrado e implementado. Os mecanismos de gestão que foram identificados na APA Delta do Parnaíba, assim como as ações empreendidas a essa Unidade de Conservação não pode ser totalmente compreendida apenas no contexto das políticas públicas voltadas para a proteção da natureza, necessitando de parcerias com sociedade civil e com a iniciativa privada que podem se constituir como aliadas da gestão pública na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais no território da APA (ABREU; MOURA, 2016).

Exige-se, pois, a socialização com os atores locais dos nove municípios pesquisados, sobre a melhor forma de trabalhar a gestão ambiental em uma Unidade de Conservação. É nítida, todavia, a conscientização que os gestores têm sobre a necessidade de implantar procedimentos de gestão ambiental, o que, de certa forma, contribui para uma forma de ação pontual desenvolvida pelas empresas.

A contribuição do estudo foi evidenciar em estado da arte como os meios de hospedagem, inseridos em uma unidade de conservação, realizam suas praticas de gestão ambiental, o que pode ajudar a tomada de decisões de municípios e Instituto Chico Mendes, para que efetivamente ocorra o desenvolvimento sustentável. E se pretende instigar novos estudos em outras áreas de preservação ambiental, comparando a evolução da gestão dos meios de hospedagem inseridos nelas.

Por fim, deve-se considerar a limitação desta pesquisa, e diz respeito ao número de respondentes, (48 meios de hospedagem), que embora adequada para pesquisas na área gestão ambiental, pode não ter magnitude comparável às amostras de pesquisas internacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU R. S.; MOURA L.M.. Mecanismos de gestão da APA Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. **REGNE**, v.2, número especial, 2016

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMOL, W. J.; OATES, W. E. **Economics and environmental policy of quality of life**, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1979.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. Cavalcanti, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 28 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm> Acesso em: 21 jun. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. **Portaria nº 27, de 10 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa_do_delta_do_parnaiba.pdf> Acesso em 27. Jun.. 2016.

BRASIL. Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, **Dispõe sobre a política nacional de turismo**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/599872.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2017.

CARVALHO K. D., GUZMAN, S.J.M.. El turismo em la dinámica territorial. Lógica global, desarrollo local? **Centro de Investigaciones Y Perspectivas en Turismo**, v.20 n. 2, 2011.

CHAVES et. al, Gestão ambiental e sustentabilidade em instituição superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista de Gestão Universitaria na América Latina**, v. 6, n. 2, 2013.

CHEN, J. Tourism stakeholders attitudes toward sustainable development: a case in the Artic. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 22, n. 1, 2015.

COELHO, C.C. de S.R. **A questão ambiental dentro das indústrias de Santa Catarina: uma abordagem para o setor têxtil**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Dissertação UFSC, Florianópolis, 1996. Disponível em: <www.eps.ufsc.br/disserta96/coelho/index> Acesso em: 18 maio 2017.

COREDEPI – **Consortio Regional de Desenvolvimento da Planície Litorânea Piauiense**, 2016. Disponível em: < <http://www1.coredepi.pi.gov.br/>>, Acesso em: 09 jun. 2017.

CORRÊA R. **Níveis Taxonômicos de Gestão Ambiental: Um Estudo de Caso dos Equipamentos Hoteleiros Estabelecidos na APA Delta do Parnaíba**, Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza, Fortaleza 2009.

CORRÊA, R.; OLIVEIRA, F; C. de. APA – potencialidades e limites para a utilização de espaço privado na construção da cidadania interativa. IN: V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. **Anais...** Joinville, 2006.

CORRÊA L. B.; CORRÊA E. K.; PERUCHIN B.; FERRÃO A.L.L.C.; GUIDONI L.L.C.. Sustentabilidade no Turismo: Estudo da Gestão Ambiental em Empreendimento Hoteleiro da Região Sul do Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v.6, n. 4, 2014.

CUNHA J.. FERREIRA, E.. ROSSETTO, C. R.. ROSSETTO A. M.. Modelos e tipologias de gestão ambiental: subsídios para o estudo das mudanças nos processos de adaptação organizacional. IN: XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

D'ISEP C. F. Ma. **Direito Ambiental Econômico** e a ISO 14001.

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, L. D.. Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 2, n.4, , 2005

GAVIOLI, M. B.; FRANCISCO, R.; SEHNEM, S. Indicadores de Sustentabilidade de uma Empresa Agroindustrial do Brasil no Período de 2009 a 2014. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 12, n. 23, p. 103-142, 2016.

GUARYASSU, S. M.S. **Gerenciamento de Áreas de Proteção Ambiental no Brasil**. Curitiba: Fundação Boticário, 2003.

IBAMA. **Plano de gestão e diagnóstico geoambiental e socioeconômico da APA Delta do Parnaíba**/IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Fortaleza: IEPS/UECE, 2001.

ICMBIo – **Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente**. APA Delta do Parnaíba. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba>> Acesso em: 03 jun 2017.

JABBOUR, C. J. C; SANTOS, F. C. A. Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 435-448, 2006.

LEAL, A. N. **Importância da gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros - o caso do litoral sul de Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território especialidade em Ambiente e Recursos Naturais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MARTINS, G. de A. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DA EMBRATUR, 2011. **Ministério do Turismo**. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/>> Acesso em: 05 jun. 2017.

MOURA, L. A; A. de. **Qualidade e gestão ambiental**: sustentabilidade e implantação da ISO 14.001. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

OLIVEIRA W. R.; SILVA E. V. Geografia e educação ambiental na prática do turismo sustentável: a APA do Delta do Parnaíba. **Revista Equador**, v.5, n.2, 2016

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. São Paulo: Bookman, 2003.

ROCHA A. M. **As políticas públicas de turismo e a população local: da concepção a implementação (PARNAIBA-PI)**. Dissertação (Mestrado em Turismo) UFRN, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, p.115, 2017.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. **Revista de Administração - RAE**, São Paulo, v. 40, n. 1, 2000.

SILVA FILHO, A. R. A. Sistema de Gestão Ambiental como estratégia empresarial no ramo hoteleiro. **Revista Produção On Line**. v.9, n.3, 2008

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. v. 1., 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

TACHIZAWA T.; POZO H. Responsabilidade Socioambiental no Contexto Brasileiro: um indicador para avaliar a responsabilidade social e ambiental nas empresas –**IN: IX ENGEMA**, Curitiba: 2007.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VIEIRA, A. F. **Turismo e sustentabilidade na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia-Piauí**. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal do Piauí, Teresina, p. 107, 2016

VINAGRE, M. V. de A.; LIMA, A. C. de M.; LIMA JUNIOR, D. L. de. Estudo do comportamento hidráulico da Bacia do Paracuri em Belém (PA) utilizando o programa Storm Water Management Model. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 20, n. 3, 2015.